

Baixo clero apóia CPI

JORGEMAR FÉLIX

BRASÍLIA — Depois de obter sucesso na operação contra a CPI da Reeleição, o governo foi surpreendido ontem com uma nova movimentação favorável à implantação da comissão sobre a venda de votos. O chamado baixo clero da Câmara, há muito descontente com o governo por causa de promessas não cumpridas, decidiu se vingar e ameaça não votar a cassação dos deputados acusados — Ronivon Santiago e João Maia, ambos do Acre.

O governo quer a cassação, para enterrar de vez a CPI, com o argumento de que os culpados já teriam sido punidos. Com a reviravolta, porém, a oposição reapresentou o pedido de CPI, com 214 assinaturas — 40 a mais do que fora obtido na semana passada. Deste total, 108 são de deputados da base governista.

O deputado Vicente Cascione

(PTB-SP), insatisfeito por causa de questões portuárias, fez um discurso de nove páginas, acusando o ministro das Comunicações, Sérgio Motta, de pressionar os parlamentares que pretendiam votar contra a reeleição. Segundo Cascione, Motta usava até palavras. “Os deputados sofreram na carne a coação ou a proposta indecente”, disse. E relatou como Motta ameaçava os parlamentares: “Se você não votar a favor, está f.... comigo.”

Cascione afirmou que é contra a cassação sumária dos deputados. “Agora, querem cassação, que é a forma mais fácil de se livrar. Isso não vai dar resposta nenhuma à Nação!”

Também houve rebelião no PMDB e os senadores Nabor Júnior e Flaviano Melo, do Acre, procuraram o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP),

e o líder do partido, Geddel Vieira Lima (BA), para dizer que são contra a cassação sumária dos deputados. Quase todos os acusados trabalharam com os senadores quando eles foram governadores do estado. “Não tem prova para cassar ninguém sumariamente; não tem quebra de sigilo bancário, crescimento de patrimônio, nada”, disse Nabor.

A pressão das bases eleitorais, no fim de semana, também convenceu alguns a apoiarem a CPI. O deputado Ezídio Ferreira (PSDB-RS) foi o primeiro a recolocar seu nome na lista de apoio. “Esses quatro dias foram sem fim, porque contrariei minha convicção”, disse ele. “Viajei pelo meu estado e vi o próprio PSDB pedindo a CPI, doa a quem doer”, contou.

Os parlamentares de Santa Catarina, inclusive o deputado Paulo

Gouveia (PFL), integrante da comissão de sindicância, também estão em situação difícil. A maioria não assinou o pedido de CPI, mas o PFL e o PPB integram a oposição ao governador Paulo Afonso Vieira, que pode ser cassado por envolvimento no escândalo dos precatórios.

Alguns governistas decidiram ignorar o principal argumento de seus líderes, de que as reformas constitucionais ficarão paradas se for criada a comissão da venda de votos. É que a oposição, além de adotar uma tática de aproximação com os governistas, ainda se comprometeu a não obstruir nenhuma votação. “Não vamos parar nada”, garantiu o líder do PT, José Machado (SP). “Vamos votar tudo”, afirmou o deputado José Genoíno (PT-SP), que já sugeriu até o horário de funcionamento da CPI: 9h às 11h.